

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSAGRI DE ABRIL DE 2014

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e quatorze, conforme convocação devidamente publicada, reuniram-se os Secretários Municipais de Agricultura da região da AMAVI, técnicos das prefeituras, gestores de órgãos públicos com atuação no setor e demais convidados, conforme consta na lista de presenças com as respectivas assinaturas. O encontro teve como local o Auditório Principal da AMAVI, sita à Rua quinze de novembro em Rio do Sul, tendo início às quatorze horas em segunda convocação. Por determinação do coordenador do CONSAGRI, Secretário de Agricultura de Lontras, Senhor Ivan Carlos Schulze, que por motivo de força maior teve sua chegada com atraso, a abertura foi feita pelo Assessor do conselho, Engenheiro Agrônomo Edson Luis Fronza que fez a saudação aos presentes e apresentou a pauta de trabalho do dia, a qual foi aprovada pelos presentes e, ato contínuo solicitou aos novos secretários municipais para que se apresentassem ao grupo. Apresentaram-se os Srs. Marcelo Sadlowski, Genésio Luneli, Paulo Splenger e Ricardo Schmidt Dias, dos municípios de Vitor Meireles, José Boiteux, Rio do Oeste e Witmarsum respectivamente, que saudaram os demais secretários e falaram sobre suas expectativas em relação ao cargo recém assumido, bem como sobre suas expectativas em relação ao CONSAGRI e a AMAVI. Além destes, tem-se notícia de que outros secretários municipais de agricultura foram substituídos, no entanto, não se fizeram presentes, alguns, enviando técnicos para representá-los. Feita a abertura, o Assessor passou imediatamente a palavra ao Sr. Agostinho Senem, Secretário Executivo da AMAVI que, por mais de uma hora discorreu sobre o CAR (Cadastro Ambiental Rural), respondendo também alguns questionamentos. Na introdução de sua fala, Agostinho informou aos presentes de que está articulando junto a Secretaria de Estado da Fazenda, a realização de uma capacitação e atualização para os servidores que atuam junto ao Setor de NFPP (Nota Fiscal de Produtor Primário), a Nota de Produtor Rural, ressaltando a importância da emissão dos referidos documentos fiscais para os municípios, o que foi corroborado por secretários que tem forte atuação nesse setor. Informou aos secretários e colocou a instituição a disposição dos mesmos para a elaboração de programas e aplicativos que permitam a elaboração de relatórios gráficos, que permitam acompanhar o desenvolvimento econômico do setor agropecuário, reforçando a importância das secretarias municipais de agricultura no contexto socioeconômico dos municípios do Alto Vale do Itajaí, e a missão dos seus secretários. Antes de iniciar a apresentação sobre o tema proposto, respondeu ao questionamento do Sr. Ivânio Campestrini, Secretário de Agricultura de Imbuia sobre o programa de destinação adequada do “Lixo Eletrônico”. O Secretário Executivo informou que havia impasse entre a AMAVI e a Prefeitura de Rio do Sul em relação ao programa, mas que a solução estava bem próxima, sendo que o posto de coleta, até o momento instalado junto ao Centro de Eventos da cidade estaria sendo em breve realocado para junto a SDR de Rio do Sul, bem como o destinatário dos resíduos estaria sendo substituído. Ao iniciar propriamente sua fala sobre o CAR, fez o devido enquadramento legal, dizendo que o CAR vem em substituição à necessidade de averbação da Reserva Legal, conforme determina a lei 12.651 de maio de dois mil e doze, em vigor, e que o modelo e os procedimentos propostos pela AMAVI teria servido como referencial para a elaboração da proposta do CAR. Disse que o modelo proposto pela AMAVI leva em consideração princípios básicos, também constantes em lei como a manutenção da diversidade genética, através da construção de “Corredores Ecológicos”, que permitem a migração e o intercâmbio das mais variadas espécies animais e vegetais, evitando a “Erosão Genética”. A

elaboração do CAR também permite a identificação e o registro de áreas preservadas que podem constituir as Cotas Ambientais para, no futuro, permitirem as compensações e, inclusive, o pagamento por serviços ambientais. Apontou dificuldades do modelo a ser adotado pelo Governo Federal, em que os agricultores seguramente terão dificuldades em preencher os formulários e até em acessar o Sistema. Prosseguiu dizendo que a AMAVI, por deliberação dos prefeitos em assembléia optou por executar o CAR no modelo proposto pela AMAVI, utilizando-se de tecnologia mais avançada, com imagens em alta resolução. Explicou que nosso modelo vai obter um número e diversidade maior de informações, das quais, somente as que são de interesse do modelo do Governo Federal é que serão repassadas para tal, através de uma interface eletrônica a ser criada. Portanto, o CAR a ser realizado no AVI será mais completo e detalhado que a proposta nacional. Informou que as prefeituras é que irão elaborar o CAR, na mesma sistemática que havia sido adotada para a Averbção da Reserva Legal, sendo que os municípios poderão firmar convênios com entidades, ONG's e outras do gênero, que poderão executar os trabalhos. As Sras. Edina Guessier e Zenir Boing, respectivamente gerentes de Agricultura das SDR's de Ibirama e Ituporanga manifestaram-se dizendo que participaram de capacitação oferecida pelo Governo do Estado através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) e que o Governo do Estado quer que o processo seja encabeçado pelas SDR's, uma vez que a AMAVI foi a única Associação de Municípios do estado de Santa Catarina que se antecipou e se preparou para tal iniciativa. Agostinho prosseguiu dizendo que já foi encaminhado para todas as prefeituras do AVI um modelo de Projeto de Lei, que institui, nos municípios da região, a elaboração do CAR no modelo proposto pela AMAVI, reiterando que será mais completo e detalhado, permitindo a exportação de dados para o modelo nacional. Enfatizou que o modelo AMAVI leva em consideração a ligação entre os remanescentes florestais formulando os Corredores Ecológicos, sendo ela a entidade credenciada para a supervisão e homologação dos cadastros efetivados. Este modelo permitirá não somente atender a legislação, mas acima de tudo servirá para a gestão ambiental, e para a elaboração dos PRA (Planos de Recuperação Ambiental), os quais serão gerados automaticamente. Os PRA, serão fiscalizados pelo IBAMA com uso de tecnologia de ponta. Ao final de sua explanação, o Secretário Executivo apresentou modelos de mapas, questionários e outros formulários e respondeu a alguns questionamentos relativos à legislação. Concluiu sua palestra acordando com os secretários de agricultura que a capacitação dos técnicos municipais se dará na fração de dez municípios por vez, respeitando a ordem cronológica conforme aprovação do Projeto de Lei pelas respectivas Câmaras Municipais. Acordou-se por fim, que o processo se dará de forma lenta e gradativa, respeitando o fluxo normal dos trâmites legais imposto pelo próprio serviço público. Na palavra do Secretário de Agricultura de Rio do Sul, Sr. Ereno Marchi "Devemos ter cautela e paciência, diante de tantas controvérsias das leis e sua aplicação. Já que tivemos tantas idas e vindas da lei, vamos seguir firmes, mas com paciência para que uma vez mais não estejamos trabalhando e gastando recursos que daqui a pouco poderão ter sido em vão". Agostinho concluiu dizendo que a AMAVI e os municípios devem acima de tudo respeitar e cumprir as leis vigentes e o CAR é uma determinação legal que já está em vigor e que temos prazos a serem cumpridos, sendo a AMAVI uma entidade que tem o compromisso de orientar e assessorar os municípios nesse sentido. Conforme pauta, o próximo orador a fazer uso da palavra foi o Assessor Ambiental da AMAVI, Wilando Sérgio Kurth, que durante mais de meia hora discorreu sobre o tema "Pagamento por serviços ambientais". Em sua fala, disse que o tema tem sido recorrentemente mencionado em várias esferas de governo e que ainda existem muitas controvérsias. Disse que ainda não há nenhuma

regulamentação, embora já existam experiências em diferentes circunstâncias, com resultados bem animadores. Deixou claro aos presentes que ainda deve demorar muito até que de fato o pagamento por serviços ambientais se torne realidade, alertou o grupo de que tal pagamento deverá acontecer, ou melhor, ser efetivado para aqueles que fizerem algo a mais do que cumprir a legislação. Ou seja, entende que o pagamento não se dará por conta de o proprietário manter reserva legal ou áreas de APP preservadas. Esse pagamento somente ocorrerá se, além disso, o imóvel estiver com área de preservação maior do que o que lhe é imputado pela lei. Destacou o assessor de que para que tudo isso de fato aconteça, a elaboração do CAR, com informações consistentes, é a forma de se iniciar o cadastramento e mensuração desses possíveis serviços ambientais. Ao final de sua explanação respondeu a alguns questionamentos e distribuiu uma publicação que traz informações sobre o CAR, serviços ambientais e legislação pertinente. Concluída a palestra, o Assessor do CONSAGRI reassumiu a palavra para conduzir os próximos procedimentos previstos. 1- Informou inicialmente que a Expofeira da Agroindústria do Alto Vale do Itajaí, prevista para maio deste ano fora adiada sem nova data definida, pois no entendimento da AMAVI, é um evento que carece de amadurecimento e maior comprometimento dos municípios, por isso iremos continuar fortalecendo a idéia e realizaremos a feira num momento mais oportuno; 2- Comunicou que está em fase de organização, com previsão para acontecer no início de agosto deste ano o Sexto Seminário Estadual dos Secretários Municipais de Agricultura de Santa Catarina, que deverá reunir em Rio do Sul mais de duzentos gestores municipais e técnicos do setor. Colheu como sugestão do grupo para que seja dada ênfase ao tema SUASA num dos painéis de debate; 3- Comunicou que, atendendo a demandas dos próprios secretários e de servidores que atuam junto ao setor de Nota de Produtor Primário (Nota de Produtor Rural) a AMAVI está buscando junto a Secretaria de Estado da Fazenda a realização de uma capacitação para os agentes municipais, que deverá ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano; 4- Comunicou que está em fase de detalhamento o planejamento a realização de um Curso de Agricultura Orgânica, que visa preparar técnicos e agricultores para a produção de alimentos orgânicos visando inicialmente o abastecimento dos programas institucionais do Governo Federal como o PAA e o PNAE, disponibilizando cinquenta vagas. O curso acontecerá no segundo semestre do ano, a princípio na sede do Centro Ambiental da APREMAVI, em Atalanta, através de uma ampla parceria de mais de dez entidades; 5- Comunicou que está à disposição dos interessados o projeto de lei, bem como o respectivo sistema informatizado para a operacionalização do programa Melhor Vida, que concede estímulos aos produtores rurais que atenderem determinados requisitos fiscais e ambientais, como contrapartida a serviços oferecidos pelas Secretarias Municipais de Agricultura; 6- Comunicou de que há vagas disponíveis para interessados em participar do Seminário da Nogueira Pecan em Anta Gorda, Rio Grande do Sul, no ônibus disponibilizado pelo IFC, bastando que se faça contato com o Engenheiro Agrônomo Glauco Lindner da EPAGRI de Rio do Sul, informando que o evento acontece nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de abril; 6- Apresentou aos municípios presentes um termo de intenção de adesão ao SUASA, que foi assinado por secretários e representantes de dezesseis municípios: Agrolândia, Agronômica, Aurora, Dona Emma, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Taió, Vitor Meireles e Witmarsum. Ficou estabelecido que estes municípios darão prosseguimento ao processo, comprometendo-se a contribuir e cumprir as metas estabelecidas. Como última atividade da Assembléia, o Assessor conduziu o processo de eleição e posse da nova diretoria do CONSAGRI, que deveria ter ocorrido no mês de março deste ano, no entanto, com o devido respaldo do

CONSAGRI, fora realizado na assembléia de abril, ficando assim estabelecida a nova diretoria: Coordenador Geral – Martinho Tramontin de Dona Emma; Vice-coordenador – Ivan Sérgio Claudino de Taió; Secretário Geral – Leandro Warmling de Aurora; Primeiro Secretário – Alcide Amarante de Petrolândia (embora não estivesse presente) e Segundo Secretário – Adão de Jesus de Agrolândia. A eleição se deu por aclamação, respeitados todos os requisitos regimentais, sendo a diretoria imediatamente empossada. Ao final, fez uso da palavra o Sr. Ivan Schulze de Lontras, que se despediu do cargo de coordenador agradecendo a todos pela contribuição, avaliando como positivo o trabalho realizado. Em seguida o Sr. Martinho Tramontin, de Dona Emma, coordenador empossado usou a palavra agradecendo a confiança e indicação dos demais, assumindo o compromisso de realizar um trabalho em prol do desenvolvimento rural sustentável do Alto Vale do Itajaí, buscando o fortalecimento e a unidade do CONSAGRI. Nada mais havendo a tratar, eu Edson Luis Fronza, assessor do CONSAGRI lavrei a presente ata.